

FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO
Escola de Humanidades
Especialização em globalização, poder e sociedade

MARIA KAWALL PRADO

**O NOVO ACORDO DE LIVRE COMÉRCIO DO CONTINENTE AFRICANO
(AFCFTA): COMO ELE PRETENDE MUDAR OS RUMOS DA GLOBALIZAÇÃO
EM ÁFRICA**

São Paulo
2022

MARIA KAWALL PRADO

**O NOVO ACORDO DE LIVRE COMÉRCIO DO CONTINENTE AFRICANO
(AFCFTA): COMO ELE PRETENDE MUDAR OS RUMOS DA GLOBALIZAÇÃO
EM ÁFRICA**

Artigo científico apresentado à Escola de humanidades da Fundação escola de sociologia e política de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Especialista em Globalização, poder e sociedade, sob a orientação do professor Doutor em Desenvolvimento Econômico, Euzébio Jorge Silveira de Sousa.

São Paulo
2022

Catálogo-na-Publicação – Biblioteca FESPSP

338.96

P896n Prado, Maria Kawall.

Novo acordo de livre comércio do continente africano (AfCFTA) :
como ele pretende mudar os rumos da globalização em África /
Maria Kawall Prado. – 2022. – 30 p. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Euzébio Jorge Silveira de Sousa.
Trabalho de conclusão de curso (Especialização em
Globalização, Poder e Sociedade) – Fundação Escola de Sociologia
e Política de São Paulo.

Bibliografia: p. 28-30.

1. África. 2. *African Continental Free Trade Area*. 3. Agenda 63.
4. Desigualdade de gênero 5. União africana. I. Sousa, Euzébio
Jorge Silveira de. II. Título.

CDD 23. África: Desenvolvimento econômico 338.96
Elaborada por Éderson Ferreira Crispim CRB-8/9724

Maria Kawall Prado

O NOVO ACORDO DE LIVRE COMÉRCIO DO CONTINENTE AFRICANO (AFCFTA): COMO ELE PRETENDE MUDAR OS RUMOS DA GLOBALIZAÇÃO EM ÁFRICA

Artigo científico apresentado à Escola de humanidades da Fundação escola de sociologia e política de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Especialista em Globalização, poder e sociedade, sob a orientação do professor Doutor em Desenvolvimento Econômico, Euzébio Jorge Silveira de Sousa .

Data da aprovação

____/____/____

Banca Examinadora:

Euzébio Jorge Silveira de Sousa, Doutor em desenvolvimento econômico, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Aldo Fornazieri, Doutor em Ciências Políticas, Universidade de São Paulo (USP)

Dedico esse trabalho a todo povo africano
e aos que sonham que o rumo da África seja
escrito por eles mesmos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente as minhas amadas amigas Dafne Virginia e Pryscilla Rolim, Dafne por ter me incentivado a fazer o curso e ter me apresentado a instituição e Pryscilla por ter me apresentado o tema que se tornou tão caro a mim.

Sou grata a esta escola e seu corpo docente pela trajetória tão rica em especial meu orientador Euzébio, primeiro pelas aulas brilhantes e depois pela orientação compreensiva e atenciosa.

Por fim, minha família materna, minha mãe pelo continuo incentivo a educação, meu amado avô Luis Ernesto, por ter sido suporte em minha formação acadêmica e meu amor Dhyan Mesquita, por aguentar meus papos intermináveis sobre o tema.

RESUMO

A assinatura do Acordo Continental Africano de Livre-Comércio (AfCFTA), em 2018, pode ser considerado um feito histórico e é se tornou o maior acordo de Livre-Comércio vigente. Em vigor desde janeiro de 2021, foi assinado por 54 dos 55 países membros da União Africana. Tal acordo visa reduzir tarifas, aumentar o comércio inter-regional o que tem potencial de aumentar a renda dos africanos e retirar milhões de indivíduos da pobreza extrema, além de gerar empregos e diminuir a desigualdade econômica e de gênero no continente. No entanto, problemas históricos e estruturais do continente africano trazem grandes desafios ao cumprimento do acordo e a sua implementação. Assim, o objetivo deste artigo é apresentar o AfCFTA, assinalar quais as diretrizes do acordo para integração do continente africano, como ele aborda os aspectos socioeconômicos e o desenvolvimento industrial e por fim apontar como esse acordo pretende colocar a África numa nova perspectiva global.

Palavras-chave: África; Afcfta; Agenda 63; União Africana, desigualdade de gênero.

ABSTRACT

The signing of the African Continental Free Trade Agreement (AfCFTA) in 2018 can be considered a historic achievement and has become the largest free trade agreement in force. Effective since January 2021, it was signed by 54 of the 55 member countries of the African Union. This agreement aims to reduce tariffs, increase inter-regional trade, which has the potential to increase Africans' incomes and lift millions of individuals out of extreme poverty, in addition to creating jobs and reducing economical and gender inequality on the continent. However, historical and structural problems on the African continent bring great challenges to the fulfillment of the agreement and its implementation. Thus, the objective of this article is to present the AfCFTA, to point out the guidelines of the agreement for the integration of the African continent, how it addresses socioeconomic aspects and industrial development and, finally, to point out how this agreement intends to place Africa in a new global perspective.

Keywords: Africa; AfCFTA; Agenda 63; Free Trade Zone; African Union; Gender Inequality.

LISTA DE ABREVIATURAS

AFCFTA Zona de Comercio Livre Continental Africana

BNT Barreiras Não Tarifárias

OUA Organização da Unidade Africana

UA União Africana

SUMÁRIO

1 Introdução.....	9
2 A União Africana	11
3 Área de Comércio Livre Continental Africana (AfCFTA)	12
3.1 Integração Africana	14
3.2 Desenvolvimento socioeconômico	18
3.3 Desenvolvimento industrial	21
4 Desafios a implementação	22
5 Considerações finais	25
REFERENCIAS	28

1 Introdução

Em janeiro de 2021 entrou em vigor o Acordo de Livre Comércio do Continente Africano (AfCFTA) assinado por 54 dos 55 países membros da União Africana. Tal acordo visa reduzir tarifas, aumentando o comércio inter-regional o que tem potencial de aumentar a renda dos africanos e retirar milhões de indivíduos da pobreza extrema, além de gerar empregos e diminuir a desigualdade no continente. O AfCFTA se mostra muito promissor no desenvolvimento econômico e social do Continente Africano e uma vitória política com o fortalecimento do Panafricanismo em busca de fortalecer a voz dos povos africanos contra a dominação política e econômica que colocou a África nos piores rankings da desigualdade.

A colonização dos povos africanos foi uma das mais cruéis, se não mesmo a mais selvagem que ocorreu no mundo. Segundo Ogot (2010) no século XIV foi marcada pelos portugueses na rota do descobrimento, período em que os Europeus, estabeleceram o tráfico de pessoas, levando milhares de africanos às Américas. No século XIX, as nações europeias, como Inglaterra, França, Bélgica, Holanda e Alemanha, começaram a explorar o continente africano em busca de matérias primas, motivados pela Revolução Industrial, ocupando praticamente todo o continente e formando colônias que persistiram em sua maioria até a metade do século XX.

As marcas e traumas do colonialismo e da escravização deixaram a África devastada e alguns aspectos estão na base do subdesenvolvimento social e econômico que perpetua até os dias de hoje. O colonialismo¹ marcado pela exploração dos recursos e matérias primas é ainda visto em um processo de colonização moderna, embora grande parte dos países africanos tenha conseguido a sua emancipação, a dependência externa ainda é visível, basta observarmos o alto número de empresas estrangeiras que operaram no continente africano, explorando recursos naturais, provocando uma fuga de divisas para o exterior. A baixa industrialização criou uma forte dependência das importações e baixa produção Africana, perpetuando as desigualdades no continente. Outra marca do Colonialismo, fruto da má distribuição de renda e um dos males

¹ Colonialismo nesse artigo refere-se como uma prática de imposição de autoridade de uma cultura sobre outra, Segundo Filho e Dias (2015) “o colonialismo foi mais do que um sistema de exploração econômica e dominação política, e pode mesmo ser entendido como um modo de percepção do mundo. Produziu formas de enquadramento da vida social e criou relações fundadas em forças hegemônicas — sempre em tensão construtiva com imagens contra-hegemônicas.”

que assola grande parte dos países africanos é a corrupção. Com o fim dos impérios coloniais parte da população foi deixada sem formação, com um déficit de mão de obra especializada.

Achille Mbembe (2015) defende que negro e raça tem sido sinônimos no imaginário das sociedades europeias, visão essa construída no período colonial da escravização. “Humilhado e profundamente desonrado, o negro é, na ordem da modernidade, o único de todos os humanos cuja carne foi transformada em coisa e o espírito em mercadoria” (MBEMBE, 2015, p.21)

Mas como explica Frantz Fanon, raça é também o nome que deve dar ao ressentimento amargo, ao irreprensível desejo de vingança, isto é, à raiva daqueles que, condenados à sujeição, veem-se com frequência obrigada a sofrer uma infinidade de injúrias, todos os tipos de estupros e humilhações, e incontáveis feridas (MBEMBE, 2015, p.27-28).

Da mesma forma que o eurocentrismo aprisionou o africano negro dentro desse estigma negativo de “raça” o negro africano reconstrói sua identidade negra para além do ideário colonizador e a criação da União Africana é uma dessas respostas. Milton Santos (2012) em sua obra *Por uma outra Globalização* descreve a perversidade da Globalização, onde claramente apenas alguns setores se beneficiam deixando de legado fragmentação, dependência, exclusão, pobreza e desemprego. “A globalização mata a noção de solidariedade, devolve o homem a condição primitiva do cada um por si, como se voltássemos a ser animais da selva, reduz as noções de moralidade pública e particular a um quase nada.” (SANTOS, 2012, p.65)

Mas assim como Santos (2012) descreve a perversidade da Globalização, o mesmo indica que “a globalização atual não é irreversível” (SANTOS, 2012, p.174). Nesse sentido, vemos a movimentação da União Africana com a criação de uma agenda Panafricana como uma busca de um caminho mais humano e justo para o continente. Entendemos que a Agenda 63 e o AfCFTA apontam a África como protagonista do seu destino construindo um caminho próprio, deixando a dominação cultural e o ocultamento do colonialismo.

Por isso, é lícito dizer que o futuro são muitos; e resultarão de arranjos diferentes, segundo nosso grau de consciência, entre o reino das possibilidades e o reino da vontade. E assim que iniciativas serão articuladas e obstáculos serão superados, permitindo contrariar a força das estruturas dominantes, sejam elas presentes ou herdadas. A identificação das etapas e os ajustamentos a empreender durante o caminho dependerão da necessária clareza do projeto. (SANTOS, 2012, p.161)

Assim, o objetivo desse artigo é apresentar o Acordo de Livre Comércio do Continente Africano (AfCFTA) projeto da Agenda 63 da União Africana e apontar como esse acordo

pretende colocar a África numa nova perspectiva global. Para tanto analisaremos as propostas contidas na agenda 63 e o documento de constituição do AfCFTA.

Em um primeiro momento será feita uma breve apresentação da Agenda 63 e do AfCFTA. Em seguida serão apresentadas quais as diretrizes do acordo para integração do continente africano, para a mobilidade de capitais, pessoas e mercadorias. Depois, serão observados o aspecto socioeconômico do acordo e o desenvolvimento industrial. Por fim, analisaremos algumas das dificuldades envolvidas na implementação do acordo.

2 A União Africana

A União Africana (UA) é uma organização continental constituída pelos 55 Estados membros que constituem os países do Continente Africano. Foi lançado oficialmente em 2002 como sucessor da Organização da Unidade Africana (OUA) que surgiu em 1963.

A OUA foi a manifestação da visão panafricana de uma África unida, livre e no controle de seu próprio destino e isso foi solenizado na Carta da OUA em que os pais fundadores reconheceram que a liberdade, igualdade, justiça e dignidade eram objetivos essenciais para a realização das aspirações legítimas dos povos africanos e que era necessário promover o entendimento entre os povos e fomentar a cooperação entre os Estados africanos em resposta às aspirações por fraternidade e solidariedade, numa unidade mais ampla que transcende a etnia e diferenças nacionais. A filosofia norteadora foi a do panafricanismo, que se centrou no socialismo africano e promoveu a unidade africana, as características e práticas comunais das comunidades africanas e um impulso para abraçar a cultura africana e o património comum. (AFRICAN UNION, 2021, Tradução Nossa)

Em 1999 o estabelecimento da União Africana, surge com a intenção de acelerar o processo de integração no continente, para permitir que África desempenhe seu papel legítimo na economia global e para tratar dos problemas sociais, econômicos e políticos deixados pela colonização. A União Africana fortalece o panafricanismo na luta pela descolonização e livrar o continente do apartheid e busca aumentar a cooperação e a integração dos estados africanos para impulsionar o crescimento e o desenvolvimento econômico da África. (AFRICAN UNION, 2021)

Em maio de 2013 a União Africana cria a agenda 2063 que é a manifestação concreta de como o continente pretende alcançar num período de 50 anos de 2013 a 2063 a “visão Panafricana de uma África integrada, próspera e pacífica, impulsionada pelos seus próprios

cidadãos, representando uma força dinâmica na arena internacional” (AFRICAN UNION, 2021, Tradução Nossa). A agenda 2063 é o projeto e plano mestre da África para se transformar em uma potência global do futuro e tem como seus objetivos os que seguem:

- Uma África próspera, baseada no crescimento inclusivo e no desenvolvimento sustentável.
- Um continente integrado politicamente unido e baseado nos ideais do Panafricanismo e na visão do renascimento africano.
- Uma África de boa governança, democracia, respeito pelos direitos humanos, justiça e estado de direito.
- Uma África pacífica e segura.
- África com uma forte identidade cultural, patrimônio comum, valores e ética.
- Uma África cujo desenvolvimento é impulsionado pelas pessoas, contando com o potencial oferecido pelo povo africano, especialmente suas mulheres e jovens, e cuidando das crianças.
- Uma África como um forte, unido, resiliente e influente parceiro e jogador global. (AFRICAN UNION, 2013, Tradução Nossa).

Em todos os documentos estudados sobre a formação da União Africana fala-se em Panafricanismo, sabemos que o termo é muito abrangente e grandioso, mas o uso dele nesse artigo está ligado ao movimento da luta de ativistas negros em prol da valorização de sua coletividade e que a partir de 1945 “se transformou cada vez mais numa ideologia política associada das lutas de independência nacional e contra o neocolonialismo na África, tendo por lema básico os ideais de libertação e integração”. (BARBOSA, 2019)

Para que os africanos não sejam transformados em fragmentos de um planeta dotado de torres de vigilância, a África deve tornar-se seu próprio centro, sua própria potência, um vasto espaço de circulação, um continente-mundo. Deve completar o projeto de descolonização forjando para si uma nova política africana de mobilidade. Este não vai acontecer sem uma descolonização cultural. Os africanos devem se livrar do desejo da Europa e aprender a guardar entre si o melhor de si mesmos e da sua gente O desejo da Europa não pode ser nem seu horizonte existencial nem a última palavra de sua condição. (MBEMBE, 2019)

3 Área de Comércio Livre Continental Africana (AfCFTA)

Um projeto emblemático da Agenda 2063 da União Africana, é a Área de Comércio Livre Continental Africana (AfCFTA) fundada em 2018, e que entrou em vigor a partir de 1 de janeiro de 2021 assinada por 54 das 55 nações da União Africana, com exceção da Eritreia, prometendo transformar as economias africanas.

A AfCFTA em seu acordo de estabelecimento traz como principais objetivos:

- Criar um mercado único, aprofundando a integração econômica do continente com a visão de “Uma África integrada, próspera e pacífica” consagrada na Agenda 2063;
- estabelecer um mercado liberalizado por meio de várias rodadas de negociações;
- auxiliar na mobilidade de capitais e pessoas, facilitando o investimento;
- avançar para o estabelecimento de uma futura união aduaneira continental;
- alcançar o desenvolvimento socioeconômico sustentável e inclusivo, igualdade de gênero e transformações estruturais nos estados membros;
- aumentar a competitividade dos estados membros na África e no mercado global;
- incentivar o desenvolvimento industrial por meio da diversificação e do desenvolvimento da cadeia de valor regional, desenvolvimento agrícola e segurança alimentar;
- resolver desafios de associações múltiplas e sobrepostas e agilizar o processo de integração regional e continental. (AGREEMENT ESTABLISHING THE AFRICAN CONTINENTAL FREE TRADE AREA, 2018, tradução nossa)

E como objetivos específicos necessários para realizar os objetivos gerais incluem:

- Eliminação progressiva de tarifas e barreiras não tarifárias ao comércio de bens;
- Progressiva liberalização do comércio de serviços;
- Cooperação em todas as áreas relacionadas com o comércio, incluindo investimento, direitos de propriedade intelectual e política de concorrência;
- Cooperação em matéria aduaneira e implementação de medidas de facilitação do comércio;
- Estabelecimento de mecanismo de solução de controvérsias sobre direitos e obrigações dos Integrantes; e
- Estabelecimento e manutenção de um quadro institucional para a implementação e administração do AfCFTA. (AGREEMENT ESTABLISHING THE AFRICAN CONTINENTAL FREE TRADE AREA, 2018, tradução nossa)

O AfCFTA entrou em vigor em janeiro de 2021, no entanto as negociações sobre diversos aspectos precisam ser resolvidas antes que o acordo passe a funcionar plenamente. As negociações foram divididas em 3 fases de acordo com THOMAS (2022):

Negociações da fase 1 – comércio de bens e serviços. As negociações levaram à ratificação de instrumentos jurídicos (o próprio acordo AfCFTA e protocolos sobre comércio de serviços e bens e resolução de litígios) que entraram em vigor em 30 de maio de 2019, permitindo o lançamento do comércio.

Negociações da fase 2 – direitos de propriedade intelectual, política de investimento e concorrência. Algumas dessas negociações já começaram.

Negociações da Fase 3 – e-commerce. Essas negociações devem começar quando a fase 2 estiver concluída.

Segundo a TRALAC (2022) até outubro de 2022, 44 dos 54 signatários (81,5%) depositaram seus instrumentos de ratificação do AfCFTA conforme imagem abaixo:

Figura 1 - Países que ratificaram o AfCFTA



Fonte: TRALAC (2022)

3.1 Integração Africana

De acordo com, Akinwumi A. Adesina - Presidente do Banco Africano de Desenvolvimento (2019):

A integração regional é crucial para o desenvolvimento acelerado. Devemos conectar os países sem litoral aos portos. Devemos permitir a livre circulação de pessoas. Os investidores devem ser capazes de investir além das fronteiras dos países. E a África deve negociar mais consigo mesma. Separada e dividida, a África está enfraquecida. Juntos e unidos, a África será imparável!” (ADESINA, 2019)

A integração regional tem desempenhado um papel importante no desenvolvimento econômico e na diversificação das exportações em outras regiões do mundo. Segundo Fofack, Dzene e Hussein (2021) o apoio ao crescimento do investimento transfronteiriço e ao desenvolvimento de cadeias de valor regionais tem desempenhado um papel catalisador na transformação estrutural das economias europeias e asiáticas. Ao longo do tempo, aprofundou o processo de integração econômica e sustentou o crescimento do comércio inter-regional. O primeiro tópico do documento de constituição do AfCFTA é: “Criar um mercado único, aprofundando a integração econômica do continente com a visão de “Uma África integrada, próspera e pacífica” consagrada na Agenda 2063”. (AGREEMENT ESTABLISHING THE AFRICAN CONTINENTAL FREE TRADE AREA, 2018, tradução nossa). A integração da África, está na base do pensamento Panafricano, marcou a criação da União Africana e assim se torna ponto central da Agenda 63 e do AfCFTA.

A África se encontra hoje nos piores rankings de competitividade na economia global. Como promessas e segundo estudos apresentados pelo Banco Mundial (2021), o AfCFTA deve até 2035, tirar mais de 30 milhões de pessoas da pobreza extrema e 68 milhões de pessoas em situação de pobreza moderada. Outro aspecto igualmente apontado é de que o AfCFTA impulsionaria significativamente o comércio africano, particularmente o comércio inter-regional. Atualmente, a África representa apenas 2% do comércio global e apenas 17% das exportações africanas são intercontinentais, em comparação com 59% para a Ásia e 68% para a Europa. “A integração econômica não é um evento. É um processo”, disse Ojakol, do secretariado do AfCFTA. “Devemos começar em algum lugar.” (AFRICA UNION, 2022)

Segundo o Banco Mundial (2022) o AfCFTA pressupõe reduções das tarifas e das barreiras não tarifárias. Especificamente:

As tarifas do comércio intercontinental serão reduzidas progressivamente de acordo com as modalidades do AfCFTA. A partir de 2020, as tarifas de 90% das linhas tarifárias serão eliminadas durante um período de 5 anos (10 anos para países menos desenvolvidos).

A partir de 2025, as tarifas em mais 7% das linhas tarifárias serão eliminadas durante um período de cinco anos (oito anos para países menos desenvolvidos). Até 3% da tarifa linhas que representam não mais de 10 por cento das

importações interafricanas poderiam ser excluídos da liberalização até o final de 2030 (2033 para países menos desenvolvidos).

O AfCFTA será acompanhado por medidas que facilitam o comércio através da implementação de um acordo de facilitação do comércio. (BANCO MUNDIAL, 2022, Tradução nossa)

O desempenho das exportações de não commodities da África ficou aquém das exportações globais, tanto em termos de valor quanto de volume nas últimas décadas, e isso deve ter limitado o crescimento econômico geral no continente. De acordo com Lawrance, (TRALAC, 2022), existem várias razões para este desempenho comercial decepcionante, incluindo a estrutura da cesta de exportação do continente (que continua dominada por produtos de commodities); a dependência de um número limitado de mercados de exportação grandes, mas maduros; altos custos e deterioração da competitividade do ambiente geral de negócios; e os fracos retornos do investimento financeiro, nos setores industrial e de serviços, oferecidos pelos países africanos.

Embora a integração regional mais profunda seja um dos principais objetivos da política comercial para os países da África, uma grande parte do comércio interafricano atualmente não é registrado. De acordo com o Banco Mundial (2022) as transações transfronteiriças são frequentemente feitas em pequena escala, e assim tais remessas não são capturadas pelo padrão estatístico do comércio por meio de declarações aduaneiras. Pelo fato do número de pequenas remessas poder ser muito grande e o volume total não ser registrado, o valor do comércio pode ser substancial. Portanto, o comércio oficial estatísticas são incompletas e possivelmente enganosas.

Segundo a Comissão Econômica para a África (2021), as mulheres representam cerca de 70% dos comerciantes informais transfronteiriços em África. Essas comerciantes cruzam as fronteiras todos os dias e fazem uma importante contribuição econômica para o continente. As mulheres ocupam um lugar central no comércio em África: elas transportam mercadorias através das fronteiras, produzem produtos, principalmente alimentos, que podem ser exportados e gerenciam empresas orientadas para o comércio. Para o Banco Mundial (2021) as comerciantes transfronteiriças desempenham um papel fundamental na segurança alimentar, trazendo produtos alimentares básicos de áreas onde são relativamente baratos para áreas onde são escassos. A renda que ganham com essas atividades é crítica para suas famílias, muitas vezes fazendo a diferença, por exemplo, se as crianças vão ou não à escola.

Para MACEHNG (2021) existem três maneiras de o AfCFTA apoiar as mulheres comerciantes informais transfronteiriças e promover a sua participação no comércio: (1) Melhoria da infraestrutura física e livre circulação de comerciantes informais transfronteiriços; (2) Barreiras Não Tarifárias (BNTs) e redução de tarifas; e (3) apoiar a formalização do comércio entre países vizinhos conduzido por comerciantes pequenos, vulneráveis e não registrados.

Para União Africana (2021) com o AfCFTA as comerciantes estarão bem posicionadas para explorar destinos de exportação regionais e usar os mercados regionais como trampolins para a expansão em mercados internacionais. Ao reduzir as tarifas e com regimes comerciais simplificados para pequenos comerciantes, o AfCFTA torna mais acessível para os comerciantes informais operarem por meio de canais formais, que oferecem mais proteção ao abordar as vulnerabilidades que as mulheres no comércio internacional frequentemente encontram, como assédio, violência, confisco de bens e até prisão. Por meio de esforços deliberados para integrar negócios informais na estrutura comercial continental mais ampla, os desafios relacionados a dados precisos também serão abordados, para capturar e refletir adequadamente as atividades comerciais das mulheres nos sistemas de contabilidade nacional e bancos de dados estatísticos regionais.

Os pilares da Integração Africana contidas no AfCFTA são a facilitação da circulação de pessoas e o livre mercado. De acordo com o Bisong e Mayer (2022) no que diz respeito a circulação mais fácil de pessoas, um dos projetos da Agenda 63 (Protocolo de Livre Circulação) no continente tornaria os mercados de trabalho africanos mais eficientes, permitindo às empresas colmatar as lacunas de competências através do recrutamento de países vizinhos, e maiores condições de mobilidade dos trabalhadores têm o potencial de reduzir as taxas de desemprego. O Relatório de Abertura de Vistos na África observa ainda que os “países africanos que relaxaram os regimes de vistos e adotaram políticas de isenção de visto e visto à chegada viram benefícios econômicos nos últimos anos, atraindo um número crescente de viajantes de negócios e lazer” (AFRICAN DEVELOPMENT BANK GROUP, 2020, Tradução nossa).

Na formalização do AfCFTA em Adis Abeba, em janeiro de 2018, a maioria dos países africanos assinou o protocolo de livre circulação de pessoas. Sua justificativa foi claramente exposta:

A livre circulação de pessoas, bens de capital e serviços promoverá a integração, o panafricanismo, melhorará a ciência, tecnologia, educação, pesquisa e fomentará o turismo, facilitará o comércio e o investimento interafricanos,

aumentará as remessas dentro da África, promoverá a mobilidade do trabalho, criará emprego, melhorar os padrões de vida do povo de África e facilitar a mobilização e utilização dos recursos humanos e materiais de África para alcançar a autossuficiência e o desenvolvimento...” (AFRICAN UNION, 2021, Tradução nossa)

Desde a implementação do AfCFTA foram perceptíveis avanços significativos em direção à livre circulação de muitos países africanos de forma unilateral, adotando uma série de soluções inovadoras de abertura de vistos e documentos de viagem. “Mas a maioria dos países na vanguarda desse movimento são relativamente pobres ou pequenos estados insulares. Os países africanos mais ricos e maiores são os retardatários na abertura das suas fronteiras.” (HIRSH, 2022).

Ainda segundo Hirsh (2022) muitos países africanos têm sistemas inadequados de registro civil e muitos têm sistemas de documentação de identidade falhos o que torna difícil para os países de origem dos migrantes garantir seus cidadãos para a satisfação dos países de acolhimento. Da mesma forma, os dados sobre questões criminais e de segurança devem ser bem gerenciados e compartilhados com os países parceiros quando necessário. O acordo sobre os processos de repatriação também é importante. “Todas essas preocupações são oportunidades de cooperação no desenvolvimento de sistemas e treinamento de funcionários em países mais pobres, idealmente como parte de processos regionais ou continentais” (HIRSH, 2022) .

Hoje a Integração Africana acontece principalmente no canal informal, para o sucesso do AfCFTA e para que se atinja os objetivos de integração a regularização da mobilidade é fundamental. Essas restrições ao movimento podem limitar o potencial de várias categorias de pessoas, incluindo empresários e trabalhadores, para aproveitar as oportunidades criadas para o comércio de bens e serviços no âmbito do AfCFTA.

3.2 Desenvolvimento socioeconômico

Como dito anteriormente o AfCFTA que tem potencial de aumentar a renda dos africanos e retirar milhões de indivíduos da pobreza extrema, além de gerar empregos e diminuir a desigualdade no continente. Além do comércio, o acordo visa explicitamente o desenvolvimento do povo africano. Em seu preâmbulo ressalta a importância da igualdade de gênero para o desenvolvimento do comércio internacional e da cooperação econômica na

região. De acordo com o artigo 3, um dos objetivos gerais do acordo visa “promover e alcançar o desenvolvimento socioeconômico sustentável e inclusivo, a igualdade de gênero e a transformação estrutural”. (AFRICAN UNION, 2018, Tradução nossa).

No sentido do desenvolvimento socioeconômico em África mostra-se muito importante investir nas pessoas como um passo para o impulso das atividades empresariais. Emprego digno, saúde, nutrição e educação são cruciais ao sucesso do AfCFTA.

África só conseguirá aproveitar o seu dividendo demográfico se tiver o apoio de uma mão-de-obra produtiva, qualificada e empreendedora. O desenvolvimento humano significa criar oportunidades e reforçar as capacidades das pessoas no âmbito da inovação e do empreendedorismo. (AfDB/OECD/UNDP 2017)

Segundo Hurungo (2020), o Artigo 27.2 (d) do Protocolo sobre Comércio de Serviços também faz referência explícita à melhoria da capacidade de exportação e de fornecedores de serviços informais, com particular atenção para os operadores de micro, pequeno e médio porte. Estas disposições demonstram claramente o compromisso dos países africanos com o gênero, igualdade, empoderamento das mulheres e desenvolvimento dos jovens. Como resultado, espera-se que o AfCFTA crie oportunidades comerciais e empresariais para mulheres na economia formal e informal em vários setores, incluindo agricultura, manufatura e serviços.

O AfCFTA pode tirar mais 30 milhões de pessoas da pobreza extrema (1,5 por cento da população do continente) e 68 milhões de pessoas da pobreza moderada. Em 2015, o último ano para o qual estão disponíveis estimativas detalhadas do Banco Mundial, 415 milhões de pessoas na África viviam em extrema pobreza (a US\$ 1,90 por dia em paridade de poder de compra). De acordo com as simulações de linha de base, o rácio de pobreza extrema em África deverá diminuir para 10,9 por cento até 2035 de 34,7% na última estimativa (2015). (BANCO MUNDIAL, 2022)

Ainda segundo o Banco Mundial (2022), os resultados do mercado de trabalho variam de acordo com o país, e alguns trabalhadores perderiam empregos enquanto outros ganhariam novas oportunidades de emprego e salários mais altos. Os governos precisarão se concentrar em facilitar uma transição suave e inclusiva, apoiando o trabalho flexível mercados, melhorando a conectividade dentro dos países e mantendo políticas macroeconômicas sólidas e um ambiente de negócios que seja amigável para o mercado interno e externo investidores. Os formuladores de políticas precisarão monitorar cuidadosamente os impactos distributivos do AfCFTA – entre setores e países, em trabalhadores qualificados e não qualificados e em trabalhadores femininos e masculinos. Isso permitirá que eles concebam políticas para reduzir os custos de mudança de emprego e fornecer redes de segurança eficazes onde eles são mais necessários.

As obrigações de direitos humanos exigem que os Estados tomem medidas para garantir que os direitos das mulheres sejam respeitados por lei, bem como eliminar a discriminação, as desigualdades e as práticas que afetam negativamente os direitos das mulheres. Todos os países africanos aderiram voluntariamente a acordos internacionais instrumentos jurídicos para o efeito. A igualdade de gênero leva a um crescimento econômico mais rápido, taxas mais baixas de pobreza, maior participação feminina na força de trabalho e melhores resultados de saúde para mulheres e crianças. (UNECA, 2017)

De acordo com a Comissão Econômica para África das Nações Unidas (UNECA, 2017) uma abordagem de direitos humanos é particularmente importante hoje, pois o mundo testemunha o aumento do ceticismo em relação à liberalização do comércio e do investimento. Esse ceticismo se dá em grande parte pelas preocupações das pessoas de que os benefícios do comércio e da globalização não foram distribuídos de forma justa e sublinha a necessidade de evitar tal cenário em África. Será assim necessário tomar medidas ativas para garantir que os ganhos de produtividade e melhorias de bem-estar que o AfCFTA pode promover sejam distribuídos de forma equitativa.

A Agenda 2063 da União Africana (2021) enfatiza a aspiração do continente de consolidar os direitos humanos, a democracia, a igualdade de gênero e o Estado de direito. Também articula outras prioridades de direitos humanos, como como erradicação da pobreza, promoção da saúde, educação e habilidades, saneamento e outras serviços, bem como uma gestão sustentável e de longo prazo dos recursos. Com a AfCFTA, a pobreza extrema iria baixar em todo o continente, sendo as maiores conquistas em países atualmente com elevadas taxas de pobreza. Segundo dados do Banco Mundial (2021), o Acordo da Zona de Comércio Livre Continental Africana representa uma oportunidade extraordinária para os países africanos estimularem o crescimento, reduzirem a pobreza e alargarem a inclusão económica. A implementação da AfCFTA pretende:

- Tirar 30 milhões de africanos da pobreza extrema e impulsionar os rendimentos de cerca de outros 68 milhões que vivem com menos de USD 5,50 por dia.
- Aumentar o rendimento em África em USD 450 000 milhões até 2035 (um ganho de 7%) acrescentando ao mesmo tempo USD 76 000 milhões ao rendimento do resto do mundo.
- Aumentar as exportações de África em USD 560 000 milhões, sobretudo no sector transformador.
- Promover ganhos salariais maiores para as mulheres (10,5%) do que para os homens (9,9%).
- Melhorar os salários, tanto dos trabalhadores qualificados como dos não qualificados: 10,3% para os trabalhadores não qualificados e 9,8% para os trabalhadores qualificados. (BANCO MUNDIAL, 2021)

3.3 Desenvolvimento industrial

Assim como criar uma Zona de Livre Comércio, um dos principais objetivos do AfCFTA é a “promoção do desenvolvimento industrial através da diversificação e desenvolvimento regional da cadeia de valor, desenvolvimento agrícola e segurança alimentar” (AFRICAN UNION, 2018). Segundo MENE (2021), secretário geral do AfCFTA, do poder inerente a uma população de 1,3 bilhão de pessoas, bem como o acesso ao mercado resultante da liberalização tarifária e facilitação do comércio, programas de industrialização e infraestrutura, estamos gerando uma estrutura de apoio para níveis críticos de investimento na indústria e infraestrutura. Estes são reforçados por intervenções de apoio, como o sistema panafricano de pagamentos e liquidação, novas linhas de financiamento de vários empreendimentos e comerciais, bancos, o sistema online para lidar com barreiras não tarifárias, e plataformas de inteligência de mercado e investimento (incluindo para energia limpa).

Os déficits de infraestrutura estão entre as principais restrições que limitam o crescimento do continente. A vasta lacuna de infraestrutura na África, precisa ser tratada com celeridade para não limitar uma maior integração comercial no continente. No médio prazo, a melhoria das infraestruturas regionais pode reduzir os custos para as empresas e impulsionar o comércio e o crescimento econômico em todo o continente. A transmissão e a produção de energia, as estradas, os portos e os sistemas de pagamento são particularmente importantes.

Num cenário de fornecimento de energia plenamente integrado, os agrupamentos de empresas de energia podem gerar poupanças de USD 41 mil milhões por ano até 2040. Além disso, a estabilização do custo da energia conduziria a poupanças entre 6% (na África Austral) e 10% (na África Oriental) para os utilizadores finais, o equivalente a cerca de USD 10 mil milhões por ano. A má qualidade das infraestruturas de transporte em África é responsável por 40% dos custos logísticos nos países costeiros e 60% nos países sem litoral. A adoção de uma abordagem regional à reforma das infraestruturas ajudaria a ultrapassar as ineficiências que emergem quando as barreiras formais ao comércio são eliminadas (por ex. tarifas aduaneiras e procedimentos administrativos).” (AUC/ OECD, 2019, Tradução nossa).

De acordo com Oqubay (2022), pelo menos três intervenções são necessárias para que a AfCFTA tenha sucesso como uma oportunidade de desenvolvimento. Primeiro, destaca o desenvolvimento da manufatura como primordial para que os países africanos aumentem a produção de produtos de valor agregado, essa abordagem melhora a diversificação econômica, o que acelera a transformação estrutural. Depois destaca que embora seja necessário aumentar

as cadeias de valor regionais interafricanas, os países africanos também precisam aumentar sua atual participação marginal nas exportações globais, que atualmente é de apenas cerca de 3%. O aumento das exportações africanas contribuirá para economias de escala, criará empregos decentes e servirá como fonte de aprendizagem internacional para melhorar a produtividade. Por último, indica que o AfCFTA é limitado por déficits de infraestrutura e fragmentação das cadeias de abastecimento. Atualmente, os países africanos não estão investindo suficientemente em conectividade e infraestrutura, o que dificulta significativamente o comércio regional. Para reverter esse padrão, é fundamental um investimento maciço e estratégico em conectividade e infraestrutura.

Espera-se que a Área de Livre Comércio Continental Africana (AfCFTA) promova o desenvolvimento industrial por meio da diversificação e do desenvolvimento da cadeia de valor regional ainda que ostensivamente focada no comércio, é importante que os dirigentes promovam o desenvolvimento industrial. Também se mostra importante que os governos repensem suas estratégias industriais atuais buscando incentivar o investimento e aumentar a capacidade produtiva para exportar.

Embora, em última análise, devam ser as empresas a usar o AfCFTA, para que a ambição da industrialização seja atendida também será necessário que os governos procurem entender as restrições existentes ao investimento e às exportações e trabalhem para abordá-las de maneira direcionada. O AfCFTA é um projeto de longo prazo, assim como o objetivo da industrialização, e às vezes eles podem parecer contrários um ao outro - mas ambos precisam ser considerados como um só. (BYIERS; APIKO & KARKARE, 2021)

4 Desafios a implementação

Ao mesmo tempo em que o acordo promete muitos avanços, não podemos perder de vista os desafios significativos que ainda existem. De acordo com um artigo do Centro Africano de Transformação Econômica (2020) o primeiro e grande desafio é a implementação e recomendam uma abordagem de baixo para cima, que se concentra nos problemas nacionais que exigem soluções transfronteiriças. A segunda é a equidade, será fundamental entender quem ganha e quem perde com o pacto, a pobreza e os impactos sociais devem ser rastreados em todos os setores. E o terceiro é a infraestrutura. A África é um território gigantesco e plural, com uma imensa diversidade econômica, política, cultural e geográfica, aspectos estes que

garantem a riqueza do continente, mas que tornam os desafios da implementação ainda mais complexos. O legado colonial, com a corrupção instalada também são fatores dificultantes.

A integração africana, desejo antigo do panafricanismo é um grande desafio, principalmente devido a grande diferença social e econômica de cada país membro. Dentre as reduções tarifárias “o medo de perder para vizinhos mais competitivos inicialmente fez com que alguns países, incluindo a gigante da África Ocidental, a Nigéria, ficassem céticos em relação ao projeto panafricano.” (BAVIER, 2021). De acordo com Ojo (2021), “há uma necessidade urgente de adotar uma política coesa que seja mutuamente benéfica para todos os Estados membros.” Ele acrescenta que Nigéria e África do Sul representam as duas maiores economias da África e a cooperação entre esses dois países pode afetar o sucesso do acordo. Muitos países com economias menores sofrerão com as mudanças estruturais e regulatórias do acordo. O AfCFTA precisa resolver com esses países e outros que dependem de receitas como as taxas alfandegárias para sustentar sua economia com pacotes de compensação.

Embora existam algumas economias hegemônicas na África, a economia média é de Países menos desenvolvidos. Segundo Lawrance, (2022) “o jogo de poder nas negociações do AfCFTA e os instrumentos concluídos neste pacto legal refletem o mercantilismo típico – ainda que não admitido pelos negociadores”. Para ele a África precisa urgentemente abordar os elevados custos de investimento e comércio transfronteiriço; revisar o impacto das políticas industriais, de localização e setoriais existentes no comportamento exportador que impactam substancialmente a possibilidade de cadeias de valor regionais ou continentais. “Implementar uma estrutura abrangente e direcionada de promoção de exportação e financiamento de exportação; e atualizar suas abordagens de política comercial para refletir a atual realidade econômica e política global e continental”. (LAWRANCE, 2022).

O AfCFTA é uma das maiores conquistas da África do século 21. Mas vai falhar em sua missão, a menos que seja inclusivo – tanto em seu projeto quanto em sua implementação. Garantir um AfCFTA inclusivo é, portanto, crucial para alcançar a “África que Queremos” – aspirada pela Agenda 63. O AfCFTA tem o potencial de gerar benefícios significativos para os comerciantes transfronteiriços informais que são em sua maioria mulheres. Os países africanos estão negligenciando uma proporção significativa de seu comércio ao desconsiderar as atividades comerciais informais das mulheres.

No entanto, como afirma o Relatório de futuros: Como fazer o AfCFTA funcionar para mulheres e jovens:

Os benefícios esperados para as mulheres devem ser analisados com realismo. O limitado direito à propriedade para mulheres agricultoras leva a baixos níveis de investimento, o que limita o potencial do crescimento liderado pelas exportações. Da mesma forma, mulheres podem ter ganhos limitados na agricultura devido a barreiras no acesso a financiamentos. Isso, além de o investimento estrangeiro direto ser direcionado a negócios de larga escala. A diferença salarial de gênero pode ser usada para impulsionar a competitividade nas exportações e manter mulheres em atividades e setores de baixa produtividade que também pode estar em risco de automação. (UNDP, 2020, Tradução nossa).

“Existe uma globalização econômica não hegemônica formada por mercados populares e fluxos de comércio que são, em grande medida, animados por gente do povo e não por representantes das elites.” (RIBEIRO, 2010, p.21). A fim de fortalecer a noção de que as mulheres comerciantes informais são também agentes importantes da economia, é essencial abordar o assunto da informalidade na formulação de políticas públicas comerciais. Se essas e outras restrições específicas de gênero forem efetivamente enfrentadas, o comércio transfronteiriço em África pode se transformar em uma realidade micro empresarial vibrante com potencial significativo para ajudar a aliviar a pobreza, contribuir para a segurança alimentar e empoderar as mulheres em África.

A mudança em perspectiva de oportunidades de micro para macro negócios para as mulheres não será espontânea e os benefícios esperados para as mulheres devem ser temperados com realismo e compromisso para enfrentar os desafios existentes que as mulheres frequentemente enfrentam. (UNIÃO AFRICANA, 2021, Tradução nossa)

Durante décadas, as mulheres africanas são presas em ciclos de pobreza devido a vários fatores, como acesso desigual à educação, proteção legal limitada contra práticas de desigualdade de gênero e trabalho mal remunerado. Para que a agenda 2063 da União Africana atinja seus objetivos e o AfCFTA tenha sucesso às questões de igualdade de gênero tem um papel muito importante.

Embora o comércio possa servir como um catalisador para promover uma maior igualdade de gênero, ele não é neutro em termos de gênero. Mulheres e homens são afetados de forma diferente devido às diferenças na representação econômica e às várias desigualdades sociais. Tornou-se mais evidente que mulheres e jovens comerciantes têm menos probabilidade de estar equipados com as habilidades, tecnologia e recursos apropriados que lhes permitiriam se beneficiar do comércio e da liberalização do comércio. Eles continuam sofrendo de invisibilidade, estigmatização, violência, assédio, más condições de trabalho e falta de reconhecimento por sua contribuição econômica. (HURUNGO, 2020, tradução nossa).

Para Ojo (2021) O AfCFTA só será realizado se todos os países africanos olharem para além das suas prioridades imediatas e se concentrarem nas possibilidades de um mercado integrado que o acordo oferece. A falta de capacidade de infraestrutura para combater o contrabando e outras práticas ilícitas através da fronteira é outro desafio que provou minar o acordo. Muitos países africanos carecem de capacidade institucional para monitorar e controlar as atividades em torno de suas fronteiras terrestres, que são essenciais para as regras de verificação e monitoramento do AfCFTA. À medida que mais países negociam entre si, há grandes tendências de que esse problema se generalize se não for resolvido em breve.

Além das questões regionais e econômicas que podem dificultar o sucesso da zona de livre comércio criada pela União Africana, especialistas apontam ainda outro obstáculo - as infraestruturas dos países africanos. De acordo Abdullahi (2022), antiga encarregada para Assuntos Políticos da União Africana. "Um desafio que se põe é melhorar a nossa infraestrutura, a segurança do espaço aéreo, melhorar os caminhos de ferro, as estradas." (ABDULLAHI, 2022) Ela ainda reforça que já existem projetos em execução no continente, melhorando a integração, mas para o alcance dos objetivos é preciso combater a corrupção.

O mau estado da infraestrutura é a ruína dos africanos que fazem negócios em África, o transporte precário continua a impedir o acesso ao mercado. "Não temos ferrovia para transportar mercadorias de um país para outro. O transporte marítimo de mercadorias também é um problema – as ligações marítimas não existem", disse Ukaoha, ressaltando a necessidade de linhas de navegação domésticas que possam transportar mercadorias entre países. O transporte rodoviário, acrescenta, também apresenta desafios. "Não temos boas estradas e, no meio disso, você experimenta muitas intercorrências ao longo da rota" (UKAOHA, 2018) incluindo postos policiais e alfandegários, onde o suborno é comum. Mesmo dentro dos países, o estado da infraestrutura é tão ruim que os empresários às vezes constroem as estradas que levam às suas fábricas, cavam poços de água ou compram geradores de eletricidade para a produção. "Tudo isso nos torna pouco competitivos" (UKAOHA, 2018)

5 Considerações finais

A Globalização como promessa de uma grande aldeia global, fluida, sem fronteiras e livre parece não ter chegado em África. Após o longo período colonial a intensificação da

globalização só deixou em África o seu lastro mais perverso, onde o imperialismo seguiu impondo suas regras e o continente hoje “livre” segue escravo do “neocolonialismo”. No cenário global, cada vez mais países estão disputando o mercado, mas somente alguns acabam participando e aproveitando dos benefícios da globalização. Ficando para os países “periféricos” o lugar de fornecer matéria prima, a sujeição da variação dos preços das commodities em um jogo perverso de instabilidade econômica e baixo crescimento.

O estabelecimento da Agenda 63 estabelecendo os planos comuns da União Africana até o ano de 2063, com objetivos de defender a soberania dos Estados Africanos, integração econômica, política e cultural com o lema “A África que queremos” é a meu ver, mesmo que com toda sua complexidade prática um importante marco. Após séculos de marginalização durante os períodos coloniais, a Agenda 63 vem reascendendo o espírito panafricano e estabelecendo um caminho próprio para o continente.

O AfCFTA é, portanto, um grande passo para impulsionar a competitividade e a integração das economias africanas na economia global, e sim, a criação da maior Zona de Livre Comércio do mundo é um marco histórico para o continente. Nessa perspectiva, o AfCFTA almeja promover a paz incentivando o comércio e investimento, tornar a vida dos africanos mais fácil, construir confiança no continente, aumentar a renda e estimular o crescimento econômico, e sobretudo realizar o espírito do Panafricanismo colocando um ponto final no legado colonial. No entanto, a concretização desse sonho ainda é difícil de vislumbrar. A falta de infraestrutura, a heterogeneidade, as disparidades econômicas são algumas das barreiras ao sucesso do projeto. Quando existe uma indústria, não existe infraestrutura logística para o escoamento da mercadoria. Em muitos países a disposição de energia elétrica é muito baixa.

Os desafios são inerentes a todas as Zonas de Livre Comércio a exemplo do Mercosul e da própria União Europeia, que sofreram e ainda sofrem com assimetrias políticas, protecionismo e diversos outros atritos, em África não deve ser diferente. O processo deve ser lento, porém os esforços em busca da implementação das medidas, criação de infraestrutura, redução de tarifas de importação e exportação e livre circulação de pessoas já deve significar e aportar grandes avanços para o continente. É importante ressaltar que as Zonas de Livre Comércio não nascem de um dia para o outro, mas os primeiros passos já foram dados.

A globalização é um fenômeno contraditório que trouxe enormes conquistas e muitas perdas às nações. Arriscamos dizer que as perdas são tantas, os ganhos são distribuídos de forma tão assimétricas que a torna trágica. As grandes beneficiadas são as nações do centro global,

deixando as nações periféricas sujeitas às adversidades. Para mudar os rumos da Globalização em África e sair desse jogo perverso, os Estados africanos devem se esforçar para transcender suas divisões territoriais e nacionalistas, em prol de uma soberania coletiva, como preconiza o panafricanismo. Apesar dos desafios, a União Africana tem uma oportunidade importante de acelerar transformações econômicas e ajudar a África a “escapar do legado colonial”, buscando um caminho mais autônomo e mais protagonista de seu próprio destino.

REFERENCIAS

ABDULLAHI, Aisha Laraba. **Zona de Livre Comércio em África será um desafio enorme.** Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/zona-de-livre-com%C3%A9rcio-em-%C3%A1frica-ser%C3%A1-um-desafio-enorme/a-49518996> Acesso em: 07 de Novembro 2022

ADENISA, Akinwumi. **Opening Speech by Dr. Akinwumi A. Adesina, President, African Development Bank Group:** Annual Meetings of the African Development Bank - Malabo, Equatorial Guinea, June 12, 2019. Disponível em: <https://www.afdb.org/en/news-and-events/opening-speech-by-dr-akinwumi-a-adesina-president-african-development-bank-group-at-the-annual-meetings-of-the-african-development-bank-malabo-equatorial-guinea-june-12-2019-19348>. Acesso em: 24 de Maio. 2021.

AFDB/OECD/UNDP. **African Economic Outlook 2017:** Entrepreneurship and Industrialisation, OECD Publishing, Paris, 2017.

AFRICAN DEVELOPMENT BANK GROUP. **Africa Visa Openness Index.** ADBG Publishing, 2020

AFRICAN UNION. **Agreement establishing the African continental free trade area.** Kigali, 2018

AFRICAN UNION. **Agenda 2063:** The Africa We Want. Disponível em: https://au.int/sites/default/files/documents/36204docagenda2063_popular_version_po.pdf Acesso em: 21 de Maio. 2021.

AFRICAN UNION. **AfCFTA promises to unlock the potential for African women to move from micro to macro businesses.** Disponível em: <https://au.int/en/articles/afcfta-promises-unlock-potential-african-women-move-micro-macro-businesses>. Acesso em: 06 de Julho. 2021.

AFDB; OECD; UNDP. **African economic outlook 2017.** OECD Publishing, Paris. 2017

AUC / OECD. **Dinâmicas do desenvolvimento em África 2019:** alcançar a transformação produtiva. AUC, Addis Ababa/OECD Publishing, Paris, 2019.

BANCO MUNDIAL. **A Zona de Comércio Livre Continental Africana:** Efeitos Econômicos e de distribuição. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/topic/trade/publication/the-african-continental-free-trade-area> Acesso em: 22 de Maio de 2021.

BANCO MUNDIAL. **Women and Trade in Africa: Realizing the Potential.** Editado por Paul Brenton, Elisa Gamberoni e Catherine Sear. 2021

BARBOSA, Muryatan Santana. **The Pan-Africanist debate in the journal Présence Africaine (1956 -1963).** Revista Présence Africaine 38. 2019

BAVIER, JOE. **African Free Trade bloc opens for business, but challenges remain.** Disponível em: <https://www.weforum.org/agenda/2021/01/african-free-trade-bloc-business-challenges>. Acesso em: 07 de Novembro 2021.

BYIERS, Bruce; APIKO, Philomena; KARKARE, Poorva. **The AfCFTA and industrialisation:** from policy to practice. Ecdpm. 2021

BISONG, Amanda; MAYER, Niklas. **Connecting people and markets in Africa in 2021**. Disponível em: <https://ecdpm.org/work/connecting-people-and-markets-in-africa-in-2021>. Acesso em: 20 de Setembro 2022.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AFRICA. **African Continental Free Trade Area**. Etiópia: African Trade Policy Centre, 2021.

FILHO, Wilson; DIAS, Juliana. **O colonialismo em África e seus legados: classificação e poder no ordenamento da vida social**. Anuário Antropológico, V.40 N.2, 2015.

FOFACK, H.; DZENE, R.; HUSSEIN, O. **Estimating the Effect of AfCFTA on Intra-African Trade using Augmented GE-PPML**. Atlantis Press International B.V. 2021.

HURUNGO, Cleopatra Phiri. **The Future Report: Making the AfCFTA work for women and youth**. UNDP, 2020.

LAWRANCE, Michael. **Thoughts on the AfCFTA**. Tralac edition. 2022.

MACHENG, Chazha Ludo. **Women without borders: What the AfCFTA can do for Botswana's informal cross border traders**. Disponível em: <https://www.africaportal.org/features/women-without-borders-what-the-afcfta-can-do-for-botswanas-informal-cross-border-traders/>. Acesso em: 05 de Junho 2021.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. São Paulo: Antígona, 2017.

MBEMBE, Achille. **Os Africanos devem se livrar do desejo da Europa**. 2019 Disponível em: <http://unisin.br/blogs/neabi/2019/02/15/os-africanos-devem-se-livrar-do-desejo-da-europa-artigo-de-achille-mbembe/>. Acesso em 05 de junho 2021.

OGOT, Bethwell. **História geral da África: África do século XVI ao XVIII**. Brasília. UNESCO, 2010. 1208 p.

OJO, Oluwatobi. **AfCFTA: Examining the challenges and opportunities**. Disponível em: <https://www.thecable.ng/afcfta-examining-the-challenges-and-opportunities>. Acesso em: 18 Agosto, 2021

OQUBAY, Arkeb. **Why industrialisation is vital for the African Continental Free Trade Agreement to succeed**. Disponível em: <https://odi.org/en/insights/why-industrialisation-is-vital-for-the-african-continental-free-trade-agreement-to-succeed/>. Acesso em 22/11/2022

RIBEIRO, Gustavo Lins. **Globalização popular e o sistema mundial não hegemônico**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.25, n.74, 2010.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Editora Record, 2012.

THOMAS, David. **What you need to know about the African Continental Free Trade Area**. Disponível em: <https://african.business/2022/02/trade-investment/what-you-need-to-know-about-the-african-continental-free-trade-area/>. Acesso em: 20 de Outubro 2022.

TRALAC. **Status of AfCFTA Ratification.** Disponível em: <https://www.tralac.org/resources/infographic/13795-status-of-afcfta-ratification.html>. Acesso em: 25 de Outubro de 2022.

UNECA. **United Nations Economic Commission for Africa: The Continental Free Trade Area (CFTA) in Africa – A Human Rights Perspective.** 2017

UKAOHA, Ken. **Infrastructure key to intra-African trade:** West African traders demand investments in roads, rails and telecom. African Renewal. 2018 Disponível em: <https://www.un.org/africarenewal/magazine/august-november-2018/infrastructure-key-intra-african-trade> Acesso em: 25 de Outubro de 2022.